



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA
HIDRELÉTRICA TUCURUÍ (PA)

Gilberto de Miranda Rocha (NUMA / UFPA) - gilrocha@ufpa.br

Geógrafo. Dr. em Geografia Humana pela USP, Professor Associado II do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA / UFPA). Prof. do PPGE0 e PPGEDAM (UFPA)

A Redistribuição Espacial da População na Área de Influência da Usina Hidrelétrica Tucuruí (Pa)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as transformações demográficas na área de Tucuruí a partir da construção da Usina Hidrelétrica (1ª. E 2ª. Etapas), em especial aquelas referentes à redistribuição da população. Utilizando dados oficiais dos Censos Demográficos (IBGE, 1970, 1980,1991,2000 e 2010), analisa-se o tamanho, ritmo de crescimento e distribuição da população (urbana e rural). Dentre as principais conclusões do trabalho, destacamos: o expressivo processo de urbanização dos espaços locais e a diminuição do ritmo de crescimento da população rural. Tendência presente no estado do Pará e na Amazônia legal.

1.Introdução

Uma discussão que tem despertado grande interesse no contexto da pesquisa urbana e regional diz respeito especificamente à relação entre grandes projetos hidrelétricos e a dinâmica populacional. Na literatura científica e técnica referente à problemática populacional e ambiental gerada a partir da instalação de grandes projetos hidrelétricos, se tem priorizado análises que privilegiam tanto as cidades, os espaços rurais quanto as populações indígenas, ribeirinhas, migrantes e assentadas.

Os estudos de VAINER (1990; 1991) E VAINER E ARAÚJO (1992) são representativos no que tange à análise das transformações territoriais decorrentes da instalação de Usinas Hidrelétricas. Nesses casos as migrações são concebidas no contexto das transformações dos espaços regionais e locais. CASTRO (1992) e MAGALHÃES (1992), em outra perspectiva, têm focalizado o deslocamento compulsório de populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas na Amazônia, em especial.

Os estudos sobre aglomerações urbanas se associam normalmente às discussões referentes à mobilização da força de trabalho, à infraestrutura urbana de suporte ao empreendimento e aos impactos regionais e locais. FARAH & FARAH (1993), foram pioneiros, valorizando a vida cotidiana de populações migrantes nas vilas de barragens. Na Amazônia, os estudos urbanos e populacionais relacionados aos projetos hidrelétricos foram significativos. Análises sobre os impactos na estrutura

urbana e nos serviços públicos impulsionados pela mobilidade do trabalho (VALENÇA,1991); a construção de vilas e cidades (Company Towns) para atender as necessidades urbanas e de acolhimento populacional dos empreendimentos hidrelétricos (ROCHA,2002) e; as relações entre os espaços urbanos projetados e as formações urbanas regionais, herdadas do passado e recentes, a fronteira urbana (MOUGEOT,1988; ROCHA,2009); constituíram temas relevantes.

Esse artigo tem por objetivo evidenciar a relação entre a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia e a dinâmica populacional, com destaque ao processo de redistribuição espacial da população na Região de Integração do Lago de Tucuruí, estado do Pará e igualmente contribuir para a compreensão das implicações demográficas e territoriais de projetos hidrelétricos.

2.Estado do Pará: Evolução e Redistribuição da População no Território

No Estado do Pará, segundo o Censo Demográfico de 2010, a população alcançou o tamanho de 7.588.078 habitantes. A população do estado do Pará em sua maioria vive em cidades: 5.197.118 são habitantes urbanos, ou seja, mais de 68,49% da população total do estado.

Estado	População residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970-2010.						
	Situação do Domicílio						
		1970	1980	1991	1996	2000	2010
Pará	Urbana	1.021.195	1.666.993	2.596.388	2.949.017	4.114.827	5.197.118
	Rural	1.145.803	1.736.505	2.353.672	2.561.832	2.078.153	2.390.960
	Total	2.166.998	3.403.498	4.950.060	5.510.849	6.192.980	7.588.078

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A população do Estado teve um incremento de 30% no período entre 1991 a 2000, apresentando uma taxa de crescimento médio de 2,26% ao ano. O acréscimo mais significativo refere-se à população urbana, que passou de 2,59 milhões em 1991, para 4,11 milhões em 2000, com uma taxa média de crescimento anual de 4,71%. A população rural, em contrapartida, sofreu um decréscimo de 2,35 milhões, em 1991, para 2,07 milhões de habitantes em 2000. A população rural em 2010 alcançou a marca de 2.390.960 habitantes na zona rural, representando 31,51% do total.

De fato, o intenso processo de urbanização constitui o traço mais marcante da dinâmica populacional recente. Entre 1991 e 1996, a composição populacional rural/urbana mantinha-se mais ou menos equilibrada. No entanto, no período entre 1996 e 2000, o contingente demográfico urbano passa a patamar próximo de 70% da população total.

A distribuição espacial da população do estado do Pará, no período entre 1970 e 2007 reconheceu alterações significativas. Em 1970, sensivelmente a população rural era superior em número a população urbana. E, em termos de concentração populacional urbana, Belém concentrava a maioria dos 1.021.195 habitantes das cidades do estado. Apesar de que a região metropolitana de Belém (1.380.836 habitantes é a população urbana de Belém e 1.993.271 habitantes urbanos da Região Metropolitana de Belém, segundo o Censo Demográfico, IBGE,2010) duplicou nos últimos trinta anos, observa-se um processo de desconcentração e redistribuição da população.

Os dados mais recentes (IBGE,2010) demonstram a emergência de número (9) significativo de cidades com população entre oitenta e cento e dez mil habitantes. A maioria são cidades que reconheceram revigoramento urbano fruto da implantação de grandes projetos de investimentos (mineradores, hidrelétricos, industriais e outros) e de obras de infraestrutura regional (rodovias). Ananindeua (470.590) já é a segunda cidade do estado, seguida de Santarém(215.947) e Marabá(186.122).

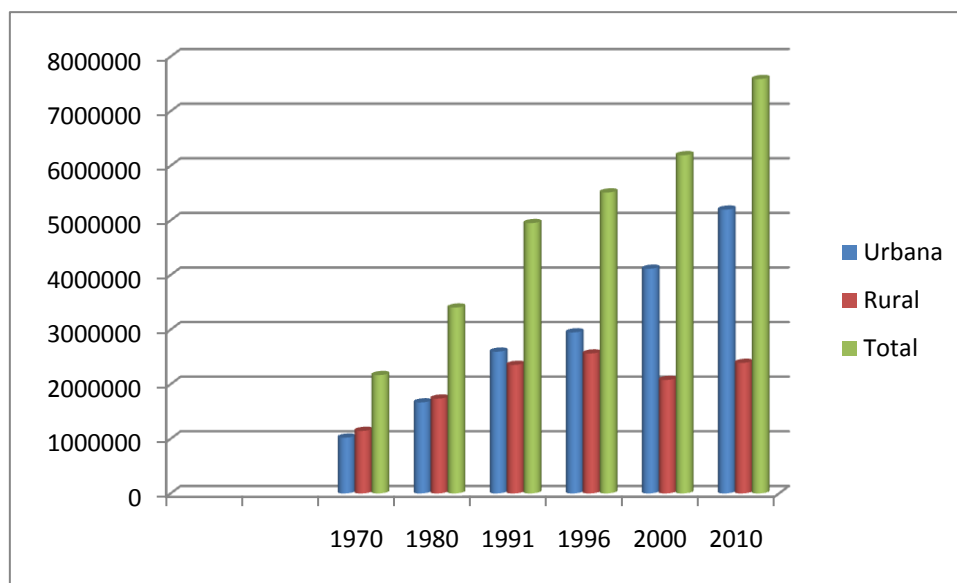
Ainda em termos da população urbana, houve a multiplicação do número de pequenas cidades, na faixa de 10 a 20 mil habitantes. Entre 1988 e 1996, sessenta novas cidades surgiram no território estadual, fruto das transformações demográficas, socioeconômicas e espaciais regionais. A maioria das novas cidades está localizada nas margens das rodovias, eixos de integração construídos nos últimos trinta anos. Isso alterou o padrão histórico de povoamento e distribuição da população regional e estadual. Houve, nesse sentido, significativo processo de interiorização do povoamento, acompanhando os novos eixos de integração regional, as rodovias. Esse processo recente de urbanização do território, se constitui, inclusive uma expressão regional, conforme aponta HOGAN ET ALL(2008):

Do ponto de vista da distribuição da população, o crescimento populacional causado pela “ocupação recente” da Amazônia correspondeu à urbanização da região. Em 1970, 37% da população, na Amazônia Legal, vivia em áreas urbanas. Entre 1980 e 1991, a população passou de predominantemente rural para predominantemente urbana. Entre 1991 e 2000, a população rural caiu em termos relativos e absolutos; 69% da população vivia em áreas consideradas como urbanas, em 2000(HOGAN ET ALL,2008:97).

Em termos mesorregionais, também se estabeleceu alterações demográficas e espaciais da população do estado do Pará. A contagem populacional de 2007 (IBGE,2007), atestou que as regiões do Baixo Amazonas e Tocantins ocupam o segundo e o terceiro lugar em número de habitantes. Concentra, cada uma, aproximadamente 650.000, habitantes. Juntas apresentam significativa

representatividade do contexto estadual. Tapajós e Xingu são as regiões menos populosas, seguida das regiões do Marajó e Araguaia. De longe, a região metropolitana apresenta a maior densidade demográfica, cerca de 1.147,11 habitantes por quilômetro quadrado. As regiões do Xingu e Tapajós são também as regiões de menor densidade populacional.

Gráfico 1. Evolução da População total, urbana e rural residente no Estado do Pará entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

3. Estrutura Espacial e a Distribuição Populacional na Área Tucuruí (1890-1970)

Ao longo do processo histórico podemos destacar dois grandes períodos que definiram a atual estrutura espacial da Região de Integração do Lago de Tucuruí: um primeiro, iniciado no final do século XIX cujo término remonta o final da década de 1960 do século XX (época em que a região denominava-se Médio Tocantins) e o segundo período, que tem início na década de 1970 e se estende aos dias atuais.

3.1 A estrutura espacial do Médio Tocantins e a Economia de Base Extrativista:1890 – 1970

No período em causa, o processo de povoamento da Região do Lago de Tucuruí remontante ao século XIX está associado à colonização portuguesa e suas estratégias de controle territorial por meio de fortificações, período onde se construiu o Forte Nossa Senhora de Nazaré e a existência do Caucho e da Borracha. Nesse período, os interesses de exploração extrativista definiram a necessidade de construção,

inicialmente da Estrada de Ferro de Ligação Pará-Goyaz e posteriormente a Estrada de Ferro Tocantins entre o final do século XIX e início do século XX.

No entanto, o traço mais perene desse período que marcou a estrutura espacial da Região do Médio Tocantins, denominação da área de influência dos Municípios de Marabá e Tucuruí até então, era a economia de base extrativista da castanha-do-pará. A produção da castanha-do-pará se estendia na bacia hidrográfica do rio Itacaiunas e rio Tocantins do estado do Pará, área conhecida nos anos de 1980 como “Polígono dos Castanhais” e Marabá era o maior centro produtor da época.

A construção e conclusão da ferrovia entre Alcobaça e a localidade de Jatobal, pela margem esquerda do Rio Tocantins, com 117 quilômetros e 200 metros de trilhos estimulou o surgimento de surtos migratórios. Gradualmente, os migrantes ocuparam as terras próximas aos castanhais e às margens do rio, onde formaram as primeiras vilas. Esses pequenos núcleos ribeirinhos, hierarquicamente posicionados na rede de produção, circulação e consumo, que emergiram como pontos de estocagem da castanha, em função das necessidades do comércio, de concentração da produção na bacia hidrográfica e de moradia da força de trabalho utilizada, para a extração da castanha e igualmente, para a construção da via férrea, “constituíam um conjunto articulado de localizações, isto é, numa rede, cuja função era a de viabilizar a extração do excedente” (VALENÇA, 1991; CORRÊA, 1991) , seja ele originário da diferença de preço da castanha e da rede comercial atacadista, seja dos lucros e juros exorbitantes do adiantamento dos meios de vida e de trabalho.

Embora essas localidades, vinculavam-se a atividades como organização da produção e serviços nos castanhais, a uma agricultura incipiente, a pesca, a extração de madeira e comércio. O espaço de vivência e produção e de auto-sustento das populações no Médio Tocantins abrangia, nesse sentido, um complexo ambiental diversificado que permitiam, sazonalmente, o acesso pelos trabalhadores a variados produtos agro-extrativistas. Agricultura e extração da castanha e de produtos naturais e o seu escoamento através do rio Tocantins e da Estrada de Ferro Tocantins respondiam pelas atividades dos habitantes, tanto dos povoados ribeirinhos como das áreas rurais.

O padrão de ocupação do médio Tocantins era evidenciado na disposição geográfica e em algumas denominações das localidades dispostas ao longo das margens do rio Tocantins: Breu Branco, Pucuruí, Jatobal, Remansão da beira... localidades ribeirinhas surgidas nas primeiras fases do processo de ocupação, e Remansão do centro... situadas, na época, distantes do rio e no interior do território, formadas na segunda fase do processo de ocupação por camponeses migrantes.

Nesse contexto, duas cidades se destacavam, sobretudo pelas suas posições estratégicas e funções que exerciam: Marabá e Tucuruí. A primeira, localizada na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, desenvolveu-se em virtude do comércio da castanha e pelo fato de ser o centro produtor da economia extrativa, conforme DIAS (1959:84).

Tucuruí, por sua vez, configura-se como uma localidade “rupture de charge” (DIAS, 1959), entreposto comercial, nódulo de articulação dos fluxos ascendentes e descendentes entre Belém e Marabá, através da navegação no rio Tocantins e da rede de canais que compõem a bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas. Lá foram construídos armazéns para a estocagem da castanha e das mercadorias vindas de Belém para o abastecimento de Marabá e de ampla área para a qual passou a cumprir a *função redistribuidora* (VELHO, 1972).

A localidade de Alcobaça (Tucuruí, após 1947), além de se constituir nódulo de articulação entre o centro produtor (Marabá) e o centro exportador (Belém), se destacava pela sua especificidade de organização interna, expressando uma dicotomia sócio-espacial, revelando a gestão e influência da Companhia da Estrada de Ferro Tocantins.

O padrão de povoamento e ocupação do espaço da região do Médio Tocantins expressava a estrutura e funcionamento da economia de base extrativista: um espaço da produção da castanha que se articulava ao sistema flúvioferroviário do Tocantins. As vilas e cidades hierarquicamente se posicionavam na rede urbana, ainda insipiente, e exerciam papel fundamental no que diz respeito a moradia da força de trabalho assim como na organização da produção e da circulação regional.

3.2 A construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí e as transformações na estrutura espacial:1977 – 2007

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, entre 1977 e 1985, imprimiu mudanças substanciais na estrutura espacial do Médio Tocantins construída ao longo da segunda metade deste século. A formação do reservatório hidráulico provocou a submersão da base material-geográfica anterior, da qual dependia entre 6 e 10 mil famílias. A inundação submergiu cerca de quatorze povoados ribeirinhos: a sede municipal do município de Jacundá, os povoados de Vila Delphos, Remansão do Centro, Remansão da Beira, Pucuruí, Breu Branco, Repartimento Central, Jacundazinho, Jatobal, Remansinho, Altamira, Ipixuna, Vila Tereza do Taurí, Santo Antônio e a antiga Estrada de Ferro Tocantins que junto com o rio Tocantins compunha o sistema flúvio-ferroviário responsável pela circulação da produção extrativa da castanha.

Igualmente, inundou trechos do Pic – Marabá, da rodovia Transamazônia e da BR – 422, que liga Tucuruí a essa rodovia, implantados na primeira metade da década de 70 pelo programa viário e pelas políticas de colonização do Programa de Integração Nacional, e ainda deixou sob as águas cerca de 2.600 quilômetros de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo parte da reserva indígena dos Parakanãs. Estudos realizados por BARROW & MOUGEOT(1982:25), a partir de dados de 1980, estimaram que a população da área do reservatório hidráulico girava entre 25.000 e 55.000 habitantes.

Como processos simultâneos de desconstrução – reconstrução espacial, paralelamente, a desconstrução da estrutura espacial herdada do passado é substituída pelo novo espaço. A seguir, analisamos as alterações espaciais e na distribuição da população.

4.Tamanho, Ritmo de Crescimento e Distribuição da População

A Região de Integração do Lago de Tucuruí abrange os municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Jacundá, Itupiranga e Tucuruí. Ocupa uma área territorial de 39.937,89 quilômetros quadrados. Segundo o Censo Demográfico do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, a Região abriga uma população de 359.445 habitantes e uma densidade demográfica de 8,11 habitantes por quilômetros quadrados. No contexto demográfico do estado do Pará, a Região de Integração do Lago de Tucuruí é a 9ª região em número de população.

Estado		População residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010.						
		Situação do Domicílio	Anos					
			1970	1980	1991	1996	2000	2.010
V	Lago de Tucuruí	Urbana	7.617	30.398	76.526	114.242	161.751	244.788
		Rural	9.869	61.236	85.120	92.898	111.062	114.657
		Total	17.486	91.634	161.646	207.140	272.813	359.445
01	Breu Branco	Urbana	-	-	-	9.491	15.952	29.303
		Rural	-	-	-	10.732	16.494	23.194
		Total	-	-	-	20.223	32.446	52.497
02	Goianésia do Pará	Urbana	-	-	-	10.857	14.878	21.083
		Rural	-	-	-	10.025	7.807	9.354
		Total	-	-	-	20.882	22.685	30.437
03	Itupiranga	Urbana	1.447	2.804	8.431	10.109	14.754	20.478
		Rural	3.899	12.847	28.580	27.662	34.901	30.780
		Total	5.346	15.651	37.011	37.771	49.655	51.258
04	Jacundá	Urbana	542	286	22.081	25.973	34.518	45.702
		Rural	1.677	14.574	20.931	13.553	6.028	5.673
		Total	2.219	14.860	43.012	39.526	40.546	51.375
05	Nova Ipixuna	Urbana	-	-	-	-	5.207	7.724
		Rural	-	-	-	-	6.659	6.921
		Total	-	-	-	-	11.866	14.645
06	Novo Repartimento	Urbana	-	-	-	9.840	15.524	28.065
		Rural	-	-	-	20.219	26.293	34.059
		Total	-	-	-	30.059	41.817	62.124
07	Tucuruí	Urbana	5.628	27.308	46.014	47.972	60.918	92.433
		Rural	4.293	33.815	35.609	10.707	12.880	4.676
		Total	9.921	61.123	81.623	58.679	73.798	97.109

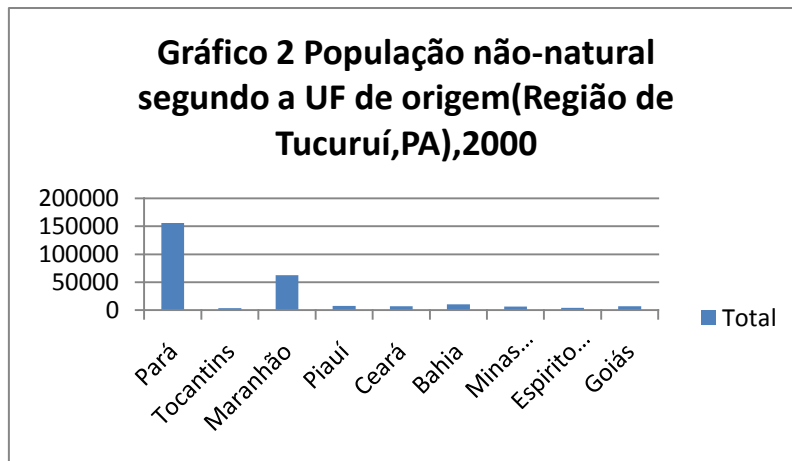
Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Fato importante que tem corroborado para a mudança do quadro demográfico regional é a presença da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Construída em duas etapas (1977 a 1984) e (1998 a 2007), a UHE Tucuruí impactou profundamente o espaço regional construído historicamente, ao ponto de redefinir a estrutura espacial e a organização socioeconômica: a estrutura produtiva com usos territoriais marcados pelo extrativismo da castanha-do-pará, pela pesca, extração de diamantes e todo o sistema de povoamento, de vilas e cidades nas margens da estrada de ferro Tocantins e do rio Tocantins – que consistia no sistema de circulação flúvioferroviário, foi substituído pelo um novo sistema espacial.

Segundo dados de ROCHA (2008) e ROCHA (2009), cerca de quatorze povoados ribeirinhos, incluindo uma sede municipal, Jacundá, trechos da rodovia Br – 230 (Transamazônica), a Estrada de Ferro Tocantins submergiram com a formação do reservatório hidráulico. Uma nova estrutura socioeconômica emergiu com a UHE. No que concerne ao uso do território, a agropecuária e a produção de energia despontam como atividades econômicas principais. As rodovias estaduais Pa – 150 e Pa - 269, Br – 422 e Br – 230, contornam o lago de Tucuruí e, são as responsáveis pelo sistema de circulação emergente.

Demograficamente houve mudança no tamanho, no ritmo de crescimento, na distribuição espacial e na estrutura da população. Em 1970, 17.486 habitantes viviam na região. Dados de 2010 atestam uma mudança de mais de 350% do aporte demográfico. A Tabela 1 sintetiza os dados da população residente na região e sua evolução ao longo do período entre 1970 e 2010. O Município de Tucuruí é o mais populoso concentrando aproximadamente 25% da população total. Os municípios de Jacundá e de Novo Repartimento tem população superior a cinquenta mil habitantes. No Censo Demográfico de 2010, o município de Breu Branco (52.497) superou o tamanho da população de Itupiranga (51.258). Nova Ipixuna é o município menos populoso, concentrando apenas 14.645 habitantes.

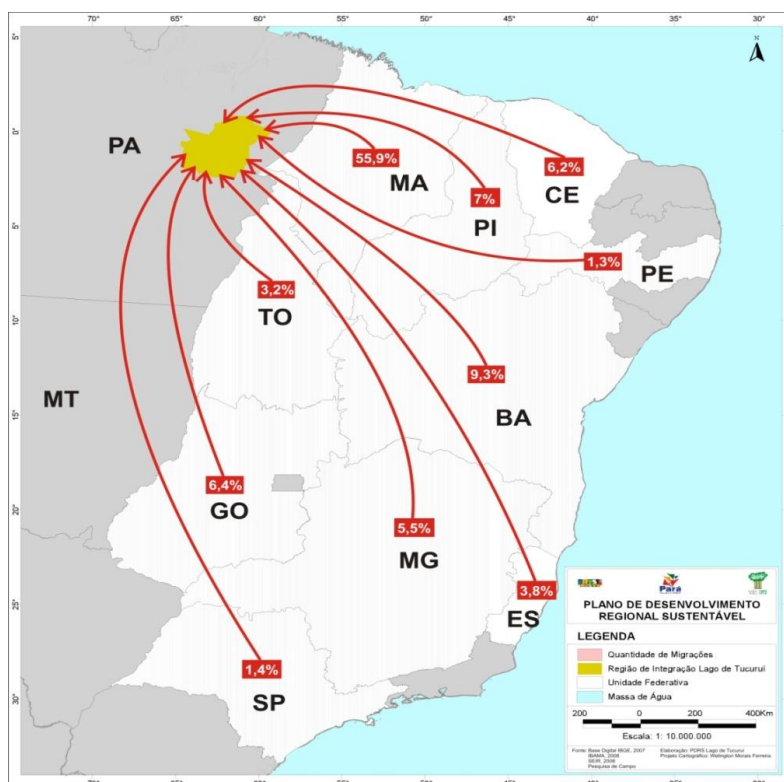
Essas mudanças demográficas devem-se sobretudo a mobilidade do trabalho expressa nas migrações interregionais (Mapa 1). As migrações, nos últimos trinta anos são as responsáveis pela dinâmica apresentada. A construção da usina hidrelétrica qualificou o deslocamento populacional para a Região do Lago de Tucuruí, especificamente, como mobilidade do trabalho.



Fonte: IBGE. Censos Demográfico 2000.

Desta feita, deve-se considerar, por um lado, o intenso fluxo migratório que se dirigiu para a área, como “(...) mobilidade do trabalho que atende à estratégia de formação do mercado de trabalho em áreas de fronteira de recursos” (BECKER, 1989:06). E, por outro, que, embora direcionada pela trajetória do capital e condicionada pelas ações do Estado no sentido de reestruturar o território, a mobilidade do trabalho é também fruto das estratégias de sobrevivência dos migrantes, que, expropriados e sem acesso à terra optam em suas regiões de origem, opta por se deslocar para novos territórios (BECKER, 1991; MEIRELHES, 1977).

Mapa 1. Migrações para a Região de Integração de Tucuruí(Pa): 1970 a 2000.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

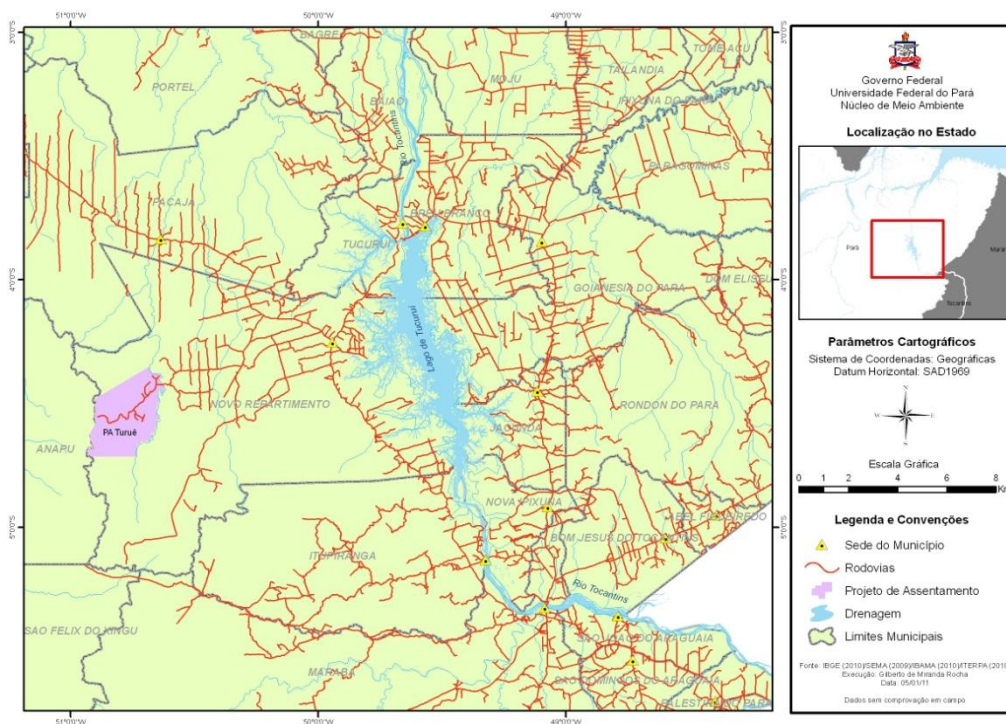
Observa-se no gráfico 2 que, na área de Tucuuruí, a maioria dos migrantes são de estados que compõem a referida região. Maranhão, Tocantins e o Pará apresentam volume maior de deslocamento populacional. Somente, o estado de Goiás apresenta fluxo migratório significativo e comparável aos estados da região. Prevalece, nesse sentido, a direção dos fluxos migratórios que historicamente caracterizaram a formação da população regional. As migrações intraregionais são, hoje superiores as migrações interregionais. Fato importante a se destacar são os fluxos rural – urbanos. Constata-se que no período em causa o ritmo de crescimento foi intenso.

5. População urbana e rural

O gráfico 3 apresenta os dados regionais no que diz respeito a distribuição da população (população urbana e rural). Observa-se que, do total de mais de trezentos mil habitantes da Região de Integração do Lago de Tucuuruí, 224.561 habitantes vivem nas cidades frente a 98.182 habitantes das áreas rurais dos municípios integrantes do espaço regional (Contagem Populacional, 2007). Em 2010, 244.788 habitantes vivem nas áreas urbanas. No campo, nas áreas rurais dos municípios de Novo Repartimento, Breu Branco, Nova Jacundá, Goianésia do Pará, Nova Ipixuna e Itupiranga a população rural se concentrou principalmente nos *assentamentos rurais* construídos por meio do PRT – Plano de Reassentamento de Tucuuruí e pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins, GETAT e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ainda no final dos anos de 1980 e 1990.

A expressividade da concentração populacional urbana reflete o processo histórico de formação do espaço regional. Nesse contexto demográfico, novas cidades como Breu Branco e Novo Repartimento, construídas para abrigar a população que vivia nas margens do Tocantins e, Goianésia do Pará, Jacundá, Itupiranga e Nova Ipixuna respondem, em parte pela nova estrutura urbana que emergiu durante a construção da UHE.

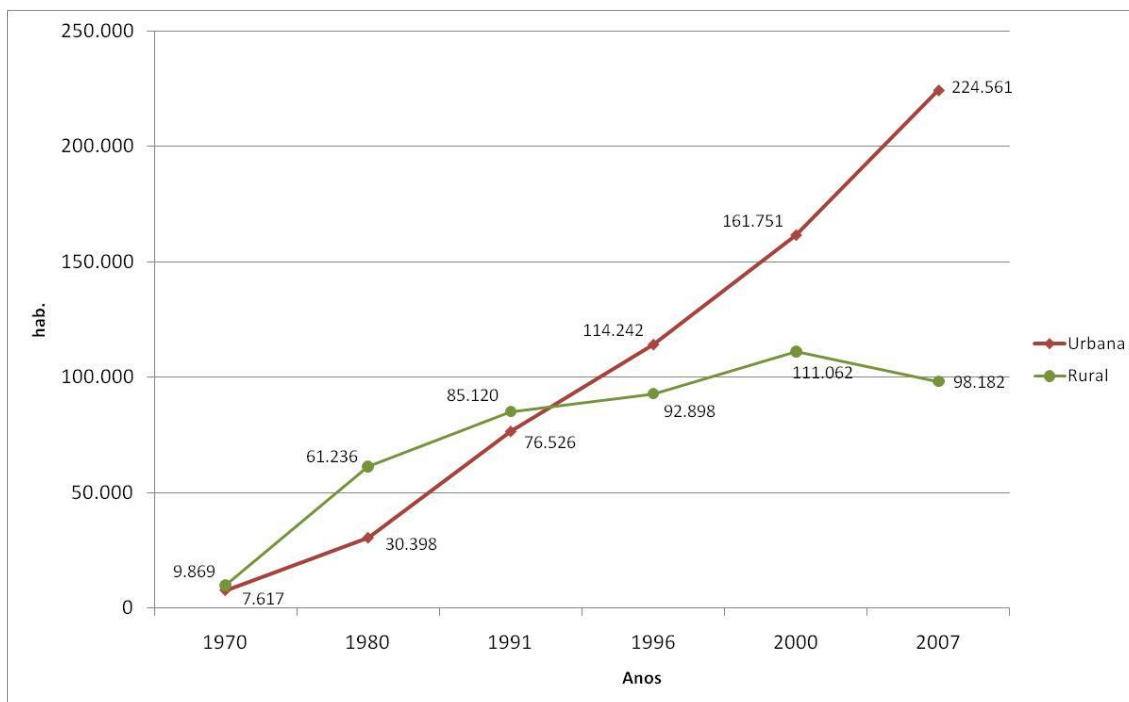
Mapa 2 A Região de Integração do Lago de Tucuruí(Pa)



Na última década, entre 2000 e 2007, a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente do Estado do Pará foi de 1,67% ao ano. Na região de integração do Lago de Tucuruí, no mesmo período, foi de 2,12%. Um ritmo de crescimento acima da média nacional. Internamente os municípios apresentam comportamentos diferenciados. Brejo Branco, por exemplo, apresenta ritmo galopante em relação aos demais municípios. 4,76%. Esse ritmo se associa aos novos projetos de exploração mineral e de siderurgia na região. A taxa geométrica anual de crescimento populacional do município de Itupiranga (-2,07) foi negativa. Os demais têm um ritmo de crescimento demográfico em torno de 2% ao ano, superior, à média do Estado do Pará, apresentando comportamento demográfico lento, em relação ao passado inclusive com tendências de perda de população.

As tendências de ritmo de crescimento da população urbana e a urbanização do território, atestam a diminuição da população do campo. Em 2007, em torno de 98.182 habitantes viviam no campo com ritmo de crescimento negativo(-1,53%). Em geral, a população rural está localizada nas margens das rodovias e nos assentamentos criados desde o início da década de 1970 (Projetos Integrados de Colonização, Pic's, Projetos de Assentamento, PA's). Além disso, a região apresenta população indígena concentrada nas reservas de Parakanã e Asurini. Essa distribuição atual apresenta diferença em relação ao padrão de povoamento do passado, nas margens dos rios e da ferrovia.

Gráfico 03 - Evolução da população urbana e rural para Região Lago de Tucuruí



Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. Contagem da Populacional, 2007

Na última década, as taxas de crescimento populacional urbano foram positivas em todos os municípios integrantes da região do Lago de Tucuruí(4,19). Em geral, pode-se reafirmar a tendência de concentração populacional urbana. Todos os municípios integrantes da região, apresentam tendências de êxodo rural e de acentuada urbanização. Breu Branco, Nova Ipixuna e Novo Repartimento, tem destaque ainda por apresentar ritmo de crescimento urbano superior a 5% ao ano. Esse fato também tem importância fundamental. Dos municípios integrantes da região do Lago de Tucuruí, cinco apresentam taxa de urbanização superior a 50%. As taxas de urbanização de Tucuruí (95,70), Jacundá (92,11), Goianésia do Pará (68,43) são representativas.

A cidade de Tucuruí reconheceu profundas modificações na sua estrutura urbana. Em 1970, residiam no município de Tucuruí 9.921 habitantes dos quais 5.628 residiam na sede municipal. Em 1980 chegou a abrigar nada menos que 61.123 habitantes. Dados da Eletronorte atestam que na fase mais crítica da construção da UHE, Tucuruí concentrou 120.000 habitantes.

Hoje, 2010, trata-se de um município quase que essencialmente urbano. Na sede municipal vivem 92.433 dos 97.109 habitantes do município. A população rural está em torno de 4.676 habitantes.

Ocorre que a cidade de Tucuruí nas fases de construção da Usina Hidrelétrica concentrou praticamente toda a força de trabalho mobilizada para a construção da obra. Desde o início, o núcleo urbano não dispunha de condições infraestruturais para abrigar o contingente populacional que se deslocaria no período de construção da UHE. Para tanto, a empresa concessionária de energia e responsável pela obra, Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, projetou uma nova estrutura urbana constituída de 4(quatro) núcleos urbanos: A vila Pioneira, a vila Permanente e as vilas Temporária I e Temporária II. A primeira foi construída em 1977, no período inicial dos estudos de viabilidade do empreendimento. O crescimento da cidade de Tucuruí integrou-a definitivamente na sua estrutura urbana. As vilas Temporárias I e II foram desativadas logo após o término da primeira etapa da UHE.

A vila Permanente, a Company Town (Trindade e Rocha, 2002), localizada a 7 quilômetros de Tucuruí é parte integrante da Usina Hidrelétrica na medida em que concentra o pessoal mobilizado para a operacionalização da UHE. Trata-se de um núcleo urbano que difere das formações urbanas regionais: desde o princípio já dispõe de estrutura com todos os equipamentos urbanos: água, esgotos, energia elétrica, centro de serviços, bancos, comércio e centro administrativo. Quando da finalização da primeira etapa da UHE Tucuruí, parte das habitações da Vila Permanente foi desativada. No período entre 1998 a 2007, a construção da segunda etapa da Usina Hidrelétrica e das Eclusas do Rio Tocantins, exigiram a mobilização novamente de força de trabalho. A requalificação, refuncionalização e ampliação dos espaços que compõem a Vila Permanente tornaram-se necessárias.

Segundo Rocha (1999), na Amazônia, a implantação desses núcleos urbanos representa um modelo de urbanização totalmente novo, que expressa um caráter diferenciado do surgimento de núcleos urbanos recentes e do passado na região. Três fatores asseguram a especificidade desses núcleos urbanos:

a). Denotam pelas suas características e funções básicas, uma extensão da linha de produção do próprio empreendimento, “raison d’être” de sua existência.

b). O caráter planejado desses núcleos, que já nascem dotados dos equipamentos urbanos (rede de água, esgotos, serviços e centro comercial e de serviços), diferencia-os do padrão regional de urbanização .

c). Nutrem-se de uma certa autonomia econômica e “política” em relação ao contexto local e regional onde se inserem, dado que centralizam decisões, dispõem dos recursos financeiros e concentram a maior parte do pessoal qualificado.

d) expressam uma concepção urbanística fechada, na forma de “enclave” urbano, que assegura a funcionalidade das atividades da empresa e o controle da força de trabalho mobilizada durante a construção e na fase de operação da obra.

Se, por um lado a Company Town, já dispõe das condições para o atendimento das necessidades do empreendimento, a cidade de Tucuruí ainda concentra uma estrutura marcada pela desigualdade e a segregação urbana. A construção da UHE transformou Tucuruí em uma cidade “livre”, uma vez que concentrou grande parte dos males advindos: prostituição, violência e crescimento urbanos desordenado são expressões do peso de empreendimento desse porte em cidades como Tucuruí.

A cidade, desde o final da década de 1970 quintuplicou em área urbana, redefinindo o centro comercial e multiplicando o número de bairros para abrigar as transformações demográficas que reconheceu. Contudo, cabe destacar que quase a metade da população urbana a região do Lago de Tucuruí reside em apenas uma sede municipal, Tucuruí (92.433), que é a cidade mais populosa da área de estudo. Este caráter concentrado da população urbana de Tucuruí acentua o papel que a cidade desempenha na polarização do espaço regional do Lago de Tucuruí, por meio da prestação de serviços médico – hospitalares, educacionais, informação e de comércio e bancos

5.Considerações Finais

Conforme acentua VAINER (2007): os grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões. A região do Lago de Tucuruí é expressão das transformações espaciais desencadeadas pela instalação de um grande projeto de investimentos: a Usina Hidrelétrica Tucuruí. Construída em duas etapas, 1976 – 1984 e 1998 – 2007, a UHE alterou profundamente a estrutura e os sistemas territoriais regionais e locais. Houve, de fato, a produção de um novo espaço regional, por um lado, alicerçado nas atividades agropecuárias e de geração de energia tendo as rodovias como principais eixos de integração e, por outro marcado por profundas desigualdades sociais.

Em termos demográficos houve alteração no tamanho, no ritmo de crescimento e na distribuição espacial da população. Como já observamos a região de integração do Lago de Tucuruí a mudança do tamanho da população ocorreu graças aos processos migratórios, O que aliás, são ainda representativos em termos do ritmo de crescimento populacional. Um dos fenômenos mais expressivos quanto a redistribuição interna diz respeito à urbanização do território. Não somente houve acentuada concentração populacional urbana como ampliou o número de cidades na

área. Hoje a maioria da população vivem em cidades cujo ritmo de crescimento é mais significativo do que nos espaços rurais.

A perda progressiva de população no campo atesta a relação íntima entre a urbanização e o acentuado processo de concentração de terras. Superior ao ritmo de crescimento regional a taxa de urbanização atingiu o patamar de 4,19% ao ano. No mesmo período houve decréscimo da população rural. Dados do último Censo Demográfico (IBGE,2000) e da Contagem Populacional (IBGE,2007), atestam que o contingente da população rural em 2000 era de 111.062 habitantes. Em 2007, estava em torno de 98.182 habitantes. O ritmo de crescimento também declinou estando em torno de -1,53%.Essas transformações são exemplificadoras dos rumos seguidos pelos espaços de acolhimento de grandes projetos de investimentos como as Usinas Hidrelétricas.

Referências Bibliográficas

- ARAGON, L.E. (ORG.) **População e Meio Ambiente na Pan – Amazônia**. NAEA/UFPA, 2007.
- ARAGON, L.E. (ORG.) **População da Pan – Amazônia**. NAEA/UFPA, 2006.
- BARROW, C.; MOUGEOT, L. **River basin development in Brazilian Amazonia: a preliminary appraisal of the Araguaia-Tocantins**, 1982, documento mimeografado.
- BECKER, B. ET ALL. **Fronteira Amazônica. Questões de gestão do território**. UNB/UFRRJ, 1992.
- BERMANN, Celio - **Política Energética no Brasil - Encontro Nacional do MAB. Reassentamento São Francisco**. Cascavel, dez 1998. mimeo.
- BRASIL. **Censo Demográfico**. IBGE. RJ, 2000.
- BRASIL. **Censo Demográfico**. IBGE. RJ, 1991.
- BRASIL. **Censo Demográfico**. IBGE. RJ, 1980.
- BRASIL. **Censo Demográfico**. IBGE. RJ, 1970.
- BRASIL. **Contagem Populacional**. IBGE. RJ, 2007.
- BRASIL. **Censo Demográfico**. IBGE,RJ, 2010.
- ELETRONORTE. **Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Memória do Empreendimento**. Brasília, 1988.
- GOODLAND, Robert. **Environmental Assessment: Tucurui Hydroelectric Project**, Rio Tocantins, The Cary Arboretum of the New York Botanical Garden, 1977.
- HOGAN, ET AL. **Dinâmica Demográfica Recente na Amazônia**. In: BATISTELLA, M. ET ALL. **Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação**. São Paulo: Edusp, 2008.

LARAIA, R.B. & DA MATTA. **Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativa e os índios no Médio Tocantins**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2ª. Edição.1978.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. **Expropriação e Mobilização: a dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a População Camponesa**. In: HÉBETTE, J. [Org.]. O cerco está se fechando. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, p. 176-198, 1991b.

MOUGEOT, LUC. **Planejamento Hidroelétrico e reinstalação de populações na Amazônia: primeiraslições de Tucuruí, Pará..** in AUBERTIN, C. (org.) Fronteiras. Brasília: UnB;Paris:ORSTOM,1988.

ROCHA, G. M. **Aspectos recentes da dinâmica demográfica da Amazônia**. In: ARAGON, L.E. (ORG.) População e Meio Ambiente na Pan – Amazônia. NAEA/UFGA, 2007.

ROCHA, G. M. **A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político – territorial na área de Tucuruí**. Tese de Doutorado. Usp.São Paulo, 1999.

ROCHA, G. M. **Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos e o desenvolvimento regional**. In: Aragon, L. e Glusener-Godt, M. A problemática do uso local e regional da água da Amazônia. Naea/UFGA/Unesco.2003.

ROFMAN, A. e SIMONI, C. **Estrutura sócio – econômica regional y grandes inversiones. Preciosiones metodológicas Del processo de avaliación**. Ceur/Ciesu, 1988.

ELETRONORTE/FADESP/UFGA, Eia/Rima UHE Belo Monte, Relatório Final,2000.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico, in: SANTOS, L. A. SUDAM/PNUD. **Diagnóstico e Cenarização Macrossocial da Amazônia Legal: Tendências Demográficas Recentes da Região Amazônica**. Belém, Ministério da Integração Nacional, 2001. 76 p.

TORRES, H. G. e COSTA, H. **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Ed. Senac, São Paulo, 2000.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. **Implantação de Grandes barragens: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas**. Travessia – Revista do Migrante, São Paulo, n. 6, 1990.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. **Grandes projetos hidrelétricos e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro,Cedi/Ippur, 1992.

VELHO,O.G. **Estrutura agrária numa faixa da Transamazônica**.Museu Nacional. Rio de Janeiro,1972.